

# QUANDO O VELHO E O NOVO SE ENCONTRAM: ESPAÇOS URBANOS E NOVAS FORMAS DE ORGA- NIZAÇÃO

FABIO BITTENCOURT MEIRA

*Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração e do Departamento de Ciências Administrativas (EA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).*

PEDRO DE ALMEIDA COSTA

*Professor do Departamento de Ciências Administrativas (EA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).*

ANA MERCEDES SARRIA ICAZA

*Professora do Departamento de Ciências Administrativas (EA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).*

## INTRODUÇÃO

O Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NEGA/UFRGS) dedica-se à pesquisa de experiências produtivas alternativas às práticas burocráticas e empresariais convencionais. O trabalho aqui apresentado é uma pesquisa em andamento que utiliza metodologia qualitativa para mapear a gestação de alternativas que abrem os espaços urbanos para novas formas de organização, produção e circulação. O objetivo geral é entender em que medida as aspirações e práticas efetivas manifestas nessas experiências são capazes de oferecer alternativas à mercantilização das formas de vida.

Este capítulo analisa as possibilidades do “trabalho criativo”, ao problematizar as alternativas gestadas no âmbito da “economia criativa”; Discute uma experiência concreta de organização: a Associação Cultural Vila Flores, criada para ser uma alternativa econômica viável de apropriação de um antigo conjunto residencial operário, patrimônio de interesse histórico da cidade de Porto Alegre. A análise no nível da organização revela tensões e contradições – nos modos de organizar e trabalhar coletivamente, produzir e circular – relacionadas aos padrões de reprodução material da economia criativa.

O capítulo está organizado em quatro seções, além da introdução e das considerações finais. De início, discutimos as proposições alternativas ao neoliberalismo e o modo com que acabam sendo capturadas pelo capitalismo pluralista, especialmente em sua vertente multicultural. Em seguida, dedicamos duas seções à apropriação crítica da economia criativa e sua aproximação à concepção de cidades criativas, Segue-se uma síntese das observações até agora realizadas na organização Vila Flores e as considerações finais.

256

## A DANÇA DAS ALTERNATIVAS: DIVERSIDADE E EQUIVALÊNCIA

O aprofundamento das alternativas de reprodução material da vida pode ser uma chave para quebrar com a hegemonia neoliberal, ao menos esta é a aposta do movimento altermundista. Circuitos de produção local, bancos comunitários, economia social e solidária e outras iniciativas de acento anticapitalista disseminam certa esperança de que há algo novo no ar. Do outro lado, a força do sistema do capital parece indiscutível, a expansão financeira e as sucessivas e frequentes crises que a acompanham não têm sido capazes de abalá-lo: o declínio anunciado

parece nunca acontecer (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 1999; ZIZEK, 2005). Assim, o célebre mote “*There is no alternative*” ganhou lugar no *Wikipedia* (2015), sob o acrônimo TINA, e, não por acaso, tornou-se “o” lema a combater. A tática não deixa de ser interessante: afirmar com igual assertividade a tese contrária. Em 2003, o Fórum Mundial das Alternativas publicou um documento em defesa das alternativas, no plural:

“Não há alternativa” proclamava M. Thatcher. ‘Há muitas alternativas’ dizemos hoje. Alternativas no plural. Não somente porque queremos evitar todos os dogmatismos de escola e colocar o acento sobre o caráter positivo da diversidade na construção do futuro, mas também porque... o futuro será o produto da interação dos movimentos sociais, e porque o grau de coerência e a natureza desse produto não são conhecidos de antemão. (AMIN; HOUTART, 2003, p. 12).

Em tom semelhante, autores como Boaventura de Souza Santos (2002) chamam atenção para o papel de experiências alternativas na construção da emancipação socioeconômica em países do Sul. Iniciativas que tensionam o capitalismo se manifestam na América Latina, África e Ásia, expressando a gestação de diferentes formas de produzir e consumir para viver (MARTINS; SÁ; BRUCKMAN, 2004). Elas expressam aspirações que levam a uma crescente mobilização de resistência à generalização do processo de globalização.

Numa primeira aproximação, estes movimentos representam o mal-estar com a ordem social contemporânea, manifestando a dimensão pragmática de uma diferença efetivando-se, afinal, “outro mundo é possível” é a crença que o sustenta, como se o mundo se abrisse a novas formas de vida. Mas, o que deveria causar incômodo não é justamente este fato? A interrogação não deveria recair sobre a possibilidade real desta diversidade apontar uma mudança social efetiva? Dito pelo outro lado, este caminho da pluralidade parece exageradamente bem digerido pela ideologia neoliberal, parece mesmo ser-lhe desejável. As tensões são absorvidas gradualmente, numa espécie de revolução tranquila, como se o sentido da neoliberdade, implícito em diferentes escolhas e estilos de vida, coincidissem com este das múltiplas alternativas. O estardalhaço pôde ser não só acolhido, como também incentivado pela hegemonia do TINA.

Há, entretanto, outra máxima de *Mrs. Thatcher*, capaz de tornar nossa análise mais precisa. Numa entrevista a uma edição de domingo do *Sunday Times*, no ano de 1981, diz a dama de ferro: “*Economics are the method; the object is to change the heart and soul*”<sup>1</sup> (THATCHER, 1981). Não se trata, portanto, de pensar o neoliberalismo como “um modo de regulação dos sistemas de trocas econômicas baseado na maximização da concorrência e do dito livre-comércio”, mas sim como “um regime

---

(1) “A economia é o método; o objetivo é mudar corações e almas”

de gestão social e produção de formas de vida” (SAFATLE, 2015, p. 195). “Método”, nesse caso, é o que impulsiona a circulação cada vez mais frenética de mercadorias, afetos e ideias. Esta economia política é suportada pelo eixo do equivalente universal e a plasticidade das alternativas não lhe é, de modo algum, estranha.

É a dinâmica específica deste regime que deve mobilizar nossa atenção, pois o movimento antiglobalização não reverbera necessariamente o avanço ideológico das esquerdas. Ele se relaciona mais com uma inflexão liberal que acontece desde o fim do século XX, e que está fortemente relacionada ao enfraquecimento da ideologia socialista. Russel Jacoby (2001, p. 26) observa que o colapso do regime soviético abalou a confiança, e a esquerda “começou a falar a linguagem do liberalismo, [...] do pluralismo e dos direitos”. Se o socialismo não morreu, a confiança na capacidade de organizar uma sociedade nova e diferente parece ter se desmanchado no ar. “Em vez de defender a ideia radical de uma nova sociedade, a esquerda inevitavelmente retira-se para ideias mais estreitas, buscando ampliar as alternativas dentro da sociedade existente.” (JACOBY, 2001, p. 30).

Este recuo só é possível porque o método econômico produz implicitamente uma estratégia política. Pierre Ansart (1978) lembra como a sociedade de mercado tem raízes políticas fincadas numa competição ideológica intensa. O poder simbólico vive numa tensão permanente, em atividade incessante e sempre incompleta, operando e alimentado a vida social cotidiana. Este *capitalismo pluralista* se define pela combinação instável de duas lógicas: socioeconômica (consumo) e política (pluralismo). Trata-se de uma estrutura dinâmica que funciona como um “supracódigo” que converte conflitos sociais maiores em problemas de escolha:

[... A] ideologia consumista e o pluralismo asseguram as mesmas ilusões e os mesmos desconhecimentos: a primeira, tornando cada qual um cidadão nutrido, faz desaparecer as diferenças e a luta de classes; complementarmente, o pluralismo dá a todos a mesma dignidade de ser um eleitor e não cessa de mascarar a divisão em classes antagônicas. Por esses dois polos do supracódigo, a profundidade dos conflitos socioeconômicos se acha mascarada, ao mesmo tempo que dispersa, em uma multidão de conflitos mais ou menos artificiais (Ansart, 1978, p. 181).

O imperativo pluralista coincide com o TINA por enunciar o seu próprio bastamento. Ambos renunciam a tudo que não seja a sua própria afirmação e reiteração. Situam-se no ponto cego da enunciação, “o ponto vazio da universalidade” (ZIZEK, 2005, p. 33), a partir do qual esvaziam sua própria condição dialógica. “A

(2) “Chamamos ‘forma de vida’ um conjunto socialmente partilhado de sistemas de ordenamento e justificação da conduta nos campos do trabalho, do desejo e da linguagem. Tais sistemas não são simplesmente resultados de imposições coercitivas, mas de aceitação advinda da crença de eles operarem a partir de padrões desejados de racionalidade. Pois toda forma de vida funda-se na partilha de um padrão de racionalidade que se encarna em instituições, disposições de conduta valorativa e hábitos.” (SAFATLE, 2008, p. 12).

ideologia do pluralismo tem por limite bem preciso proibir qualquer destruição do pluralismo” (ANSART, 1978, p. 181). E não há nada mais adequado do que combiná-la com o apelo das múltiplas alternativas. Estas, mesmo sem querer, o reforçam e o legitimam. O lado econômico da moeda pluralista lhe dá curso político por meio das diferentes alternativas. Ao mesmo tempo, esta é uma ideologia política pró-diga por ser lugar de salvamento dos significados coletivos, capaz de ativar uma permanente ressignificação. O consumo, ao contrário, é o reino de indiferença, transforma tudo em valor de troca. Esta combinação é o núcleo duro do método econômico: (1) a ideologia consumista interroga os poderes e ameaça o seu domínio pela indiferença; (2) o pluralismo anuncia sua legitimação suplementando-a com a reconstituição permanente das autoridades. Por isso, as pautas políticas ganham uma abrangência nunca antes vista, porque precisam “satisfazer ao mesmo tempo as exigências do consumo, da liberdade e do significado” (ANSART, 1978, p. 182).

Se o pluralismo define o tom do momento político da hegemonia no capitalismo tardio, seu efeito é intensificar as diferenças, supostamente desenhando uma sociedade não violenta, em que a paz do comércio leve à produção de um excedente de diferenças, combustível do motor mercantil. A sociedade torna-se, assim, o espaço dos interesses próprios, individuais e negociáveis, espaço de tolerância de parte a parte, que tende a fazer desaparecer o antagonismo pela tática da conversão da vida em negócio. A própria noção de luta social perde sentido, dando lugar ao empreendimento individual de busca pelo sucesso, de ascensão à condição de consumidor bem nutrido. A figura do empreendedor é emblemática desta nova condição dos sujeitos econômicos e a política é transformada num balcão de reclamações e pedidos de reparação sob o signo insuspeito do “cuidado” [*care*] (SAFATLE, 2015). A transitividade da circulação capitalista transborda para o campo político e o Estado converte-se, ele mesmo, em produtor de bens e serviços para consumo.

As relações sociais contemporâneas evidenciam a universalização do capitalismo, o que, de certa forma, explica o vigor dos discursos insurgentes. Porém, a fluidez consumista / pluralista – o trânsito entre o econômico e o político, e vice-versa – promove o plantio estéril das alternativas (não é casual a analogia com as sementes transgênicas). A operação ideológica faz a proposição da única alternativa aparecer sob a forma reversa da multiplicação. Não é difícil entender as razões da assimilação das alternativas no plural: ao fazer circular a moeda pluralista, está-se batendo numa porta aberta e consolidando o mérito da defesa das diferenças. Mas, a aposta na transformação social tende a fracassar. Neste ponto, talvez seja possível ir além e afirmar a mediação generalizada a que estamos todos submetidos, mediação constituída pela função universal do mercado na canalização da diversidade cultural de formas de vida.

O horizonte da imaginação social não mais permite que alimentemos o ideal de que o capitalismo um dia desaparecerá – pois, se poderia dizer, todos aceitaram tacitamente que o capitalismo está aqui para ficar –, é como se a energia

crítica tivesse encontrado uma saída substitutiva na luta pelas diferenças culturais que deixa intacta a homogeneidade básica do sistema mundial capitalista. (ZIZEK, 2005, p. 35)

A redução do múltiplo ao um manifesta o que Zizek (2005, p. 35) define como “sintoma”, o elemento irracional que não pode ser incluído no sistema ideológico ordenador da realidade, sob pena de fazê-lo ruir. O sintoma é o ponto de bastreamento interno, isto é, “de suspensão do princípio universal”, que, se fosse aplicado a esse ponto, desintegraria o próprio sistema. É fácil perceber que a estratégia das múltiplas alternativas acerta no que não é capaz de ver: a universalidade capitalista resiste à multiplicação das diferenças, mas não ao curto-circuito produzido pela interpelação pluralista do próprio pluralismo. O *thatcherismo* expressa bem este impasse, o resultado da combinação do lema TINA com o “método econômico” seria algo como: “o pluralismo é a única alternativa”. Mas atenção: a oferta desta faceta política não afeta a alternativa econômica que a acompanha.

O esforço na busca pela efetividade das alternativas deve estar, portanto, em procurar expressões do sintoma social contemporâneo no ponto de excesso, irreconhecível e inominável da ideologia consumista-pluralista. Destruir a cadeia de equivalências pela exposição do que é irredutível ao contínuo das diferenças. Numa palavra, é preciso situar o lugar do antagonismo na luta econômica, pois “o próprio âmbito da multidão de lutas particulares, com seus deslocamentos e condensações em constante mutação é sustentado pela ‘repressão’ do papel-chave da luta econômica” (ZIZEK, 2005, p. 36).

Mas, tudo se passa como se o mundo pudesse ser de fato unificado. Saímos do colonialismo tradicional para uma modalidade de colonialismo em que as corporações são o centro do poder: a empresa global é a pátria do capital. Hoje as corporações atuam “por fora”, desvinculadas do Estado-nação (ZIZEK, 2005). Estamos no mundo em que colonização e mercantilização se encontram numa nova identidade cultural e comunitária gelatinosa chamada “cultura corporativa”. Esta homogeneização das formas de vida sob o primado da empresa é o resultado de um longo processo histórico. “Modernizar é ‘empresarizar’”, diz Sole (2000); “a ‘mundialização’ é a humanidade submetida a uma forma única de organização. Não nos ressentimos – fisicamente – de sua intervenção em nossas relações com o Outro, o Tempo, o Espaço, a Morte? Nosso mundo é este da ‘empresarização’ do mundo”. Não é por acaso que a utopia capitalista seja convergente com a ideia de que uma boa gestão levaria à união das lutas particulares em alguma modalidade de inclusão generalizada das diferenças, isto é, as medidas certas levariam o sistema a totalizar-se por si mesmo, ainda que a longo prazo. O método econômico alcançaria assim sua plenitude.

Mas, trata-se, ao contrário, de apontar a centralidade da luta econômica como método. Desta perspectiva, a condição social que interessa é aquela da exce-

ção, que provoca a ruptura com toda diferença bem gerenciada. Se estamos tratando do *sintoma*, por que não adotar a posição clínica (social) para afirmar que vivemos tempos em que sujeitos limítrofes [*borderline*] encontram sólidas raízes nas formas de vida contemporâneas? Isto não é de modo algum uma novidade para o mundo da universalização do equivalente geral, e nele, a condição normal é a circulação acelerada. A anomia é elevada à condição de normalidade e chega mesmo a ser desejável, desde que contida naquilo que os consultores de recursos humanos chamam ‘resiliência’<sup>3</sup> (SAFATLE, 2015). Na expressão de Bauman (1998, p. 44), esta inflexibilidade define a condição de “viver com a alteridade, diária e permanentemente”. Até mesmo um líder neofascista (JULIUS EVOLA apud BAUMAN, 1998) pôde afirmar que “os racistas reconhecem a diferença e querem a diferença”. Ora, não é surpreendente perceber que se em lugar de “fascista” colocássemos “progressista”, “liberal” ou “socialista”, a frase nada perderia em persuasão? (BAUMAN, 1998, p. 45). Onde devemos então nos colocar?

Não se trata de combater ou defender determinadas alternativas, mas, antes, de perceber o preço da estratégia de se contrapor ao TINA, isto é, colocar-se numa contenda cujos termos são dados pelo inimigo. Nesse caso, o desfecho está decidido de antemão. Para deixar claro o modo como este erro penetra e corrói a efetividade das alternativas, fizemos apelo à dimensão política implícita no imperativo hegemônico capitalista. Agora é preciso reorientar o diálogo, situando o problema na dimensão propriamente econômica. Faremos isso discutindo uma dessas alternativas, que, segundo seus defensores, tem ativado alguns dos circuitos mais dinâmicos e promissores da chamada nova economia.

## DA CULTURA À ECONOMIA: A OFERTA DA ECONOMIA CRIATIVA

*Culture ...  
is who we are  
shapes our identity  
is a means of fostering respect and tolerance among people*

(3) “Resiliência é frequentemente referida a processos que explicam a ‘superação’ de crises e adversidades em indivíduos, grupos e organizações.” (YUNES, 2003, p. 76). “A American Psychological Association define resiliência como ‘o processo de adaptação em face da adversidade, trauma, tragédia, ameaças ou estresse.’ A definição não contempla a natureza complexa da resiliência, pois seus determinantes incluem uma série de fatores biológicos, psicológicos, sociais e culturais que interagem uns com os outros para determinar como alguém responde a experiências estressantes.” (SOUTHWEEK et al., 2014, p. 2).

*is a way to create jobs and improve people's lives  
is a way to include others and understand them  
helps preserve our heritage and make sense of our future  
empowers people  
.... works for development.*

(Irina Bokova, Diretora Geral da UNESCO)

Ao abrir o *Creative Economy Report 2013*, publicado pelas Nações Unidas (2013), encontramos a epígrafe reproduzida acima. É notável o modo como o argumento transita pelo caminho insólito da cultura à economia: partindo da identidade, passando pelo trabalho, tradição, futuro, empoderamento e, por fim, chegando ao desenvolvimento. Desta semântica deslizante nasce um sentido teleológico preciso: a cultura *passa* da forma identitária à forma econômica. Este é o ponto de chegada e a janela para o futuro. Nesta conversão está o segredo da Economia Criativa (EC).

O edifício se apoia na existência de um novo insumo produtivo: a criatividade, e há um grande esforço teórico e prático para dar sustentação a esta ideia. A EC compõe o quebra-cabeças kuhniano<sup>4</sup> de renovação da lógica econômica neoclássica pelo encaixe de uma combinação de “novos” insumos intangíveis com uma antropologia humana renovada. O discurso neoliberal de hoje atualiza a teoria neoclássica anglo-americana substituindo o princípio do *homo economicus* pelo referente austríaco do *homo redemptoris*: o homem empreendedor (GAMEIRO; TOMETICH; SILVA, 2015). Nesse sentido, EC é uma noção abrangente – e imprecisa – que extravasa os bens e serviços culturais tradicionais. Pois, se a cultura é o núcleo, esta nova economia tipicamente inclui manifestações em domínios que incluem brinquedos, jogos, pesquisa e desenvolvimento (P&D) científico e industrial (ONU, 2013). Daí o seu correlato numa “Indústria Criativa” (IC), conjunto de atividades definido num documento seminal, publicado em 1998, pelo Departamento de Cultura, Mídia e Esporte do governo da Inglaterra, nos seguintes termos: “*those industries which have their origin in individual creativity, skill and talent and which have a potential for wealth and job creation through the generation and exploitation of intellectual property.*”<sup>5</sup>(apud KON, 2016, p. 172).

Estamos diante de uma renovação da dinâmica de produção e circulação de mercadorias, em que “indivíduos criativos” respondem pela concepção e desenvolvimento de “produtos criativos”. “[A] apropriação da criatividade para a criação

(4) Imaginando que a economia neoclássica tenha alcançado o estatuto de ciência normal, tudo indica que estamos diante de um típico quebra-cabeça, como descrito por Thomas Khun em seu livro clássico, *A Estrutura das Revoluções Científicas* (1998).

(5) “Aqueles indústrias que tem origem na criatividade individual, habilidade e talento e que têm potencial para gerar renda e criar empregos por meio da produção e exploração de propriedade intelectual”



de valor de mercado se dá por meio de um quadro socioinstitucional, o processo acontece no seio de redes sociais, utiliza certos aparatos tecnológicos e emprega recursos de produção, promoção e distribuição” (BENDASSOLI et al., 2007, p. 13). Não é fácil definir criatividade, mas esta imprecisão não impede a convergência pragmática na direção de uma conversão utilitária de certas habilidades humanas para produzir valor econômico e fazê-lo circular no mercado. Mais precisamente, o fato é que todo bem ou serviço criativo “contêm, pelo menos potencialmente, alguma propriedade intelectual que é atribuível ao indivíduo ou grupo de produção do bem ou serviço” (OLIVEIRA; ARAÚJO; SILVA, 2013, p. 12). É no diapasão de uma taxonomia da utilidade que se encontra esquadrinhado este insumo incomum:

(1) *criatividade artística* envolve a imaginação e a capacidade de gerar ideias originais e novas maneiras de interpretar o mundo, expressa em texto, som e imagem;

(2) *criatividade científica* envolve curiosidade e uma vontade de experimentar e fazer novas conexões em resolução de problemas;

(3) *criatividade econômica* é um processo dinâmico conducente à inovação em tecnologia, práticas de negócios, marketing, e está intimamente ligada à obtenção de vantagens competitivas na economia. (OLIVEIRA; ARAÚJO; SILVA, 2013, p. 10).

Vale observar como a tecnologia está contemplada em todos os casos, refletindo o fundamento da “criatividade econômica” como processo dinâmico que leva à inovação em tecnologia, práticas de negócio, marketing, etc., intensamente relacionado à aquisição de vantagem competitiva na economia (UNCTAD, 2010, p. 3). A ligação com o conceito de inovação é relevante porque a IC produz altas taxas de “*soft innovation*” – inovação com enfoque em novos produtos em vez de novos processos – sobretudo em bens e serviços ligados à música, livros, artes, jogos, filmes, moda e vídeo (OLIVEIRA; ARAÚJO; SILVA, 2013). Nesse sentido, o produto e o consumo têm especificidades e suas características essenciais são definidas por Bendassoli et al. (2007) por seis dimensões. Quanto aos produtos: (1) a variedade ilimitada proporcionada pela utilização de insumos criativos e recursos técnicos; (2) a diferenciação vertical, isto é, o prestígio dos produtos é fortemente influenciado por intermediários e distribuidores quando, por exemplo, controlam a exposição de uma obra; e, por fim, (3) a perenidade, pelo fato do consumo não exaurir os produtos. Quanto ao consumo: (1) os objetos ou atividades são todos artefatos de cultura; (2) o consumidor é agente ativo na produção de valor econômico porque ele se modifica ao consumir, os produtos interferem na sua subjetividade e identidade; (3) finalmente, a demanda tende a ser instável, dada a dificuldade em prever o sucesso comercial, já que as curvas de aprendizado tendem a ser ineficazes como estimadores de tendências neste mercado.

Para que toda esta construção ganhe sentido e legitimidade, há um esforço em confirmar as hipóteses com dados. Porém, não é trivial calcular a contribuição da criatividade na produção de valor, no crescimento ou no desenvolvimento econômico. Há, pelo menos, dois modelos que propõem indicadores para fazê-lo: o modelo de Richard Florida, conhecido como “4T” (Quadro 1) e o modelo da Universidade de Hong Kong (UHK), conhecido como “5C” (HOME AFFAIRS BUREAU, 2004). Ambos buscam produzir índices com base em dimensões consideradas essenciais para produzir e sustentar a criatividade numa sociedade ou parte dela. As dimensões propostas no modelo 3T são as seguintes: (1) *tecnologia*: combina um índice de inovação (patentes per capita concedidas) e um índice de tecnologia (tamanho e concentração de indústrias produtoras de tecnologia: software, eletrônicos, biotecnologia etc.); (2) *talento*: mede a proporção de diplomados na população e o número de categorias ocupacionais ligadas à “classe criativa”; (3) *tolerância*: combina três ingredientes – “*gay index*”, “*bohemian index*” e “*melting pot index*” – na tentativa de medir a abertura da sociedade às diferenças culturais. (HOME AFFAIRS BUREAU, 2004, p. 18). Mais recentemente, Richard Florida adicionou um quarto T com o objetivo de contemplar os “ativos Territoriais” (HOWKINS, 2011, p. 125), o que revela seu interesse em articular a criatividade com o espaço urbano, como veremos adiante.

O modelo dos 5C articula diferentes “capitais” na tentativa de configurar um quadro analítico para a medição da criatividade social. A Figura 1 apresenta as quatro formas de capital que seriam determinantes do crescimento da criatividade. A interação sistêmica desses determinantes manifestaria a criatividade em termos de resultados ou saídas. O padrão de interação é o reforço mútuo (e não hierarquia) com efeitos na alavancagem de círculos encorajando o investimento em criação e inovação. A perspectiva multifacetada do capital é importante porque espelha a dinâmica da sociedade criativa em termos da contribuição econômica, inventividade e outros resultados de atividades criativas. O *Hong Kong Creativity Index* (HKCI) é concebido para capturar as relações dinâmicas entre a criatividade, economia e sociedade, os diferentes aspectos da criatividade e seus impactos locais. Pretende ser uma ferramenta de apoio à decisão e avaliação de desempenho de uma sociedade criativa para a promoção do crescimento baseado em criatividade (HOME AFFAIRS BUREAU, 2004).

Uma classificação setorial é também utilizada para calcular o valor econômico produzido pela EC, uma espécie de PIB “criativo”. Conforme a UNCTAD (2010), os ciclos produtivos de criação, produção e distribuição de bens e serviços cujos insumos primários são a criatividade e o capital intelectual definem a IC como novo setor econômico na interseção dos setores artísticos, de serviços e industriais. A Figura 2 apresenta o quadro das IC. O *patrimônio* cultural está na origem do sistema porque “une os aspectos culturais dos pontos de vista his-

tórico, antropológico, étnico, estético e social, influencia a criatividade e se caracteriza como a origem de uma gama de produtos e serviços patrimoniais, além de atividades culturais.” (UNCTAD, 2010, p. 8-9). Os outros grandes grupos de atividades econômicas são as *artes* (produção puramente baseada na cultura), as mídias (produtores de conteúdos criativos para ser comunicado com grandes públicos), e as *criações funcionais* (movidas pela demanda, prestação de bens e serviços com finalidade funcional).

Quadro 1. Modelo dos “3T” + T de Richard Florida

TECNOLOGIA	Tecnologia e inovação são componentes críticos de comunidades ou organizações para impulsionar o crescimento econômico. Para serem bem sucedidas devem ter abertura para a transferência de conhecimento, ideias e inovação em produtos comercializáveis e sustentáveis. Universidades são fundamentais para isso e são instituições-chaves da era criativa.
TALENTO	Pessoas talentosas são a força motriz de qualquer estratégia econômica efetiva. Vivemos numa idade da mobilidade e pessoas, especialmente talentos criativos, possuem alta mobilidade. A capacidade da comunidade para atrair e reter estes talentos é questão crucial na era criativa.
TOLERANCIA	A prosperidade econômica assenta na criatividade cultural, empresarial, cívica, científica e artística. Trabalhadores criativos com esses talentos precisam de comunidades, organizações e colegas abertos a novas ideias e pessoas diferentes. Lugares receptivos à imigração, estilos alternativos de vida e novas visões sobre o status social e as estruturas de poder serão significativamente beneficiados na era criativa.
ATIVOS TERRITORIAIS	Hoje, o lugar importa mais do que nunca. Ativos territoriais definem os ambientes naturais, construídos e psicológicas da comunidade. É a “vibração” distinta que torna uma comunidade única, em relação a outras. As pessoas querem viver em comunidades que são únicas e inspiradoras.

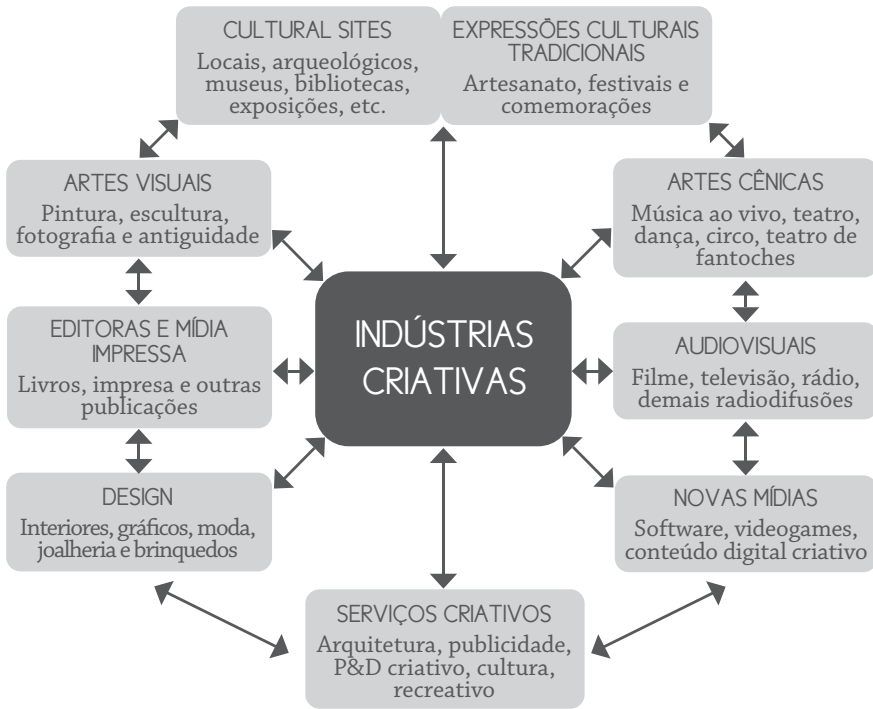
Fonte: Extraído de Flórida (2012)

Figura 1. Modelo dos “5C” (Universidade de Hong Kong)



Fonte: Reproduzido de Home Affairs Bureau (2004, p. 28)

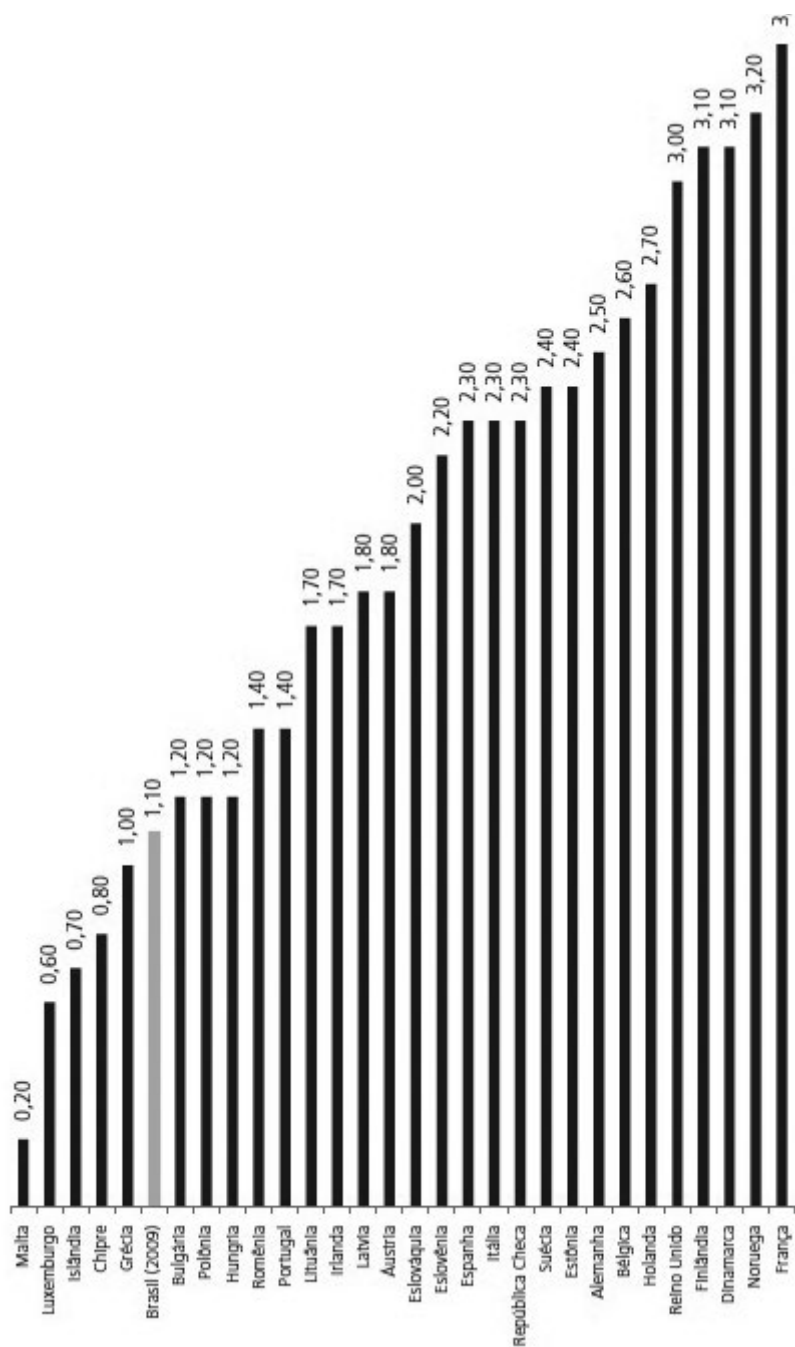
Figura 2. Classificação da UNCTAD para a Indústria Criativa



Fonte: Reproduzido de UNCTAD (2010, p. 8)

O relatório Panorama da Economia Criativa no Brasil, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2013, apresenta uma tabela comparativa dos valores adicionados da EC em diferentes países. A Figura 3 apresenta a participação relativa das indústrias criativas na economia dos países europeus em 2003, comparando-os com os do Brasil em 2009. Nesta simulação, o Brasil ocuparia a 24ª posição. Quanto ao valor econômico adicionado produzido pela IC – o PIB criativo brasileiro – os cálculos do IPEA apontam, em 2009, uma participação de 1,7% no PIB total (OLIVEIRA; ARAÚJO; SILVA, 2013).

Figura 3. Valor Adicionado pela Economia Criativa – Comparação entre Países



Fonte: Reproduzido de Oliveira, Araújo e Silva (2013, p. 40)

## AS CIDADES CRIATIVAS: OS ESPAÇOS E O LUGAR DO TRABALHO CRIATIVO

Talvez a maneira mais evidente de aproximar a EC das alternativas seja a proposição de que estamos diante de uma estratégia inovadora de desenvolvimento econômico sustentável. De um lado, está “o reconhecimento do capital humano para o fomento de uma integração de objetivos sociais, culturais e econômicos” como alternativa ao modelo atual de “desenvolvimento global pós-industrial excludente” (REIS, 2008, p. 29). A diversidade cultural é convertida de obstáculo em oportunidade de superação de entraves sociais e econômicos. De outro lado, são “as mudanças econômicas e em especial as novas tecnologias que alteram os elos de conexão entre a cultura (das artes ao entretenimento) e a economia, abrindo um leque de oportunidades econômicas baseadas em empreendimentos criativos” (REIS, 2008, p. 30).

Ao abarcar aspectos econômicos, culturais, tecnológicos e sociais, a economia criativa tem ligações entrelaçadas com a economia geral nos níveis macro e micro, por isso, a dimensão de desenvolvimento. Já que a criatividade é a força motriz principal, e não o capital, a economia criativa parece ser uma opção viável e uma estratégia de desenvolvimento mais orientada a resultados para os países em desenvolvimento. (SANTOS-DUISENBERG, 2008, p. 60).

268

Em vista dessas observações, é difícil antever, nesta alternativa, uma contradição direta com o sistema do capital. Como seria possível imaginar a criatividade como força motriz, “e não o capital”, se a EC integra o rol de alternativas alinhadas com a expansão do pluralismo e da lógica do equivalente geral? Como afirma Zizek (2005, p. 32), vivemos o vigor do multiculturalismo numa nova forma de “autocolonização”. O multiculturalismo

é a atitude que, a partir de uma posição global vazia, trata cada cultura local da maneira como o colonizador trata o povo colonizado – como ‘nativos’ cujos costumes devem ser cuidadosamente estudados e respeitados. (ZIZEK, 2005, p. 32).

Esta é “a” ideologia do capitalismo global. Não é difícil perceber como a promessa do desenvolvimento criativo paga tributos à ideologia neoliberal (GAMEIRO, TOMETICH, SILVA, 2015).

O “conceito” em que este acento multiculturalista se torna mais saliente talvez seja o de “cidade criativa” (LANDRY, BIANCHINI, 1998). John Howkins (2011, p. 125) afirma que “as cidades se tornaram ícones da economia criativa”, são o novo tecido constitutivo dos ambientes propícios às “ecologias criativas”. As cidades são um ambiente onírico adequado ao cultivo de ideias. Para o autor, os edifícios, multidões, *clusters* (sic) e a diversidade cultural abrem oportunidades

para sonhar, a cidade é o espaço privilegiado não apenas para o desabrochar da atividade criativa, mas para ir além, ao encontro da “ecologia criativa”.

A criatividade pode desabrochar em qualquer lugar e podemos ter uma grande ideia, sentados no meio de um deserto. Mas se quisermos ir além da criatividade e chegar à ecologia criativa, precisamos de diversidade, mudança, aprendizado e adaptação, com abrangência e escala suficientemente amplos. Precisamos de lugares com mais pessoas, mercados mais ativos, um ambiente construído adequado e as maiores redes de banda larga. Nesses locais, o aprendizado é mais rápido, a colaboração é mais fácil e a novidade é mais estimulante. Em outras palavras, são cidades criativas. (HOWKINS, 2011, p. 126)

Este é o sentido e a razão de Richard Florida (2012) ter adicionado os “ativos territoriais” aos seus macroindicadores, compondo uma nova dimensão de medida do potencial criativo relativa ao espaço social. A cidade é imaginada como novo um cosmos propício ao exercício do compartilhamento de ideias e talentos. As mentes criativas gostam da mistura de influências, de experimentar coisas novas, querem se encontrar e conversar com quem discorda delas para discutir e trocar visões. “Autenticidade é fundamental” (FLORIDA, 2012), por isso, um lugar cheio de cadeias de lojas, restaurantes e discotecas é inautêntico, empobrece as experiências, oferece o que se pode ter em qualquer lugar. A estratégia é promover a emergência espontânea de um ambiente “livre de necessidades, medos, censuras e desaprovações”, em que florescerão grupos ou comunidades com o objetivo de explorar ideias próprias em vez de viver das ideias alheias:

Olhe ao seu redor e você verá vários grupos... formando-se espontânea e naturalmente. Eles se comportam como sistemas auto-organizados na teoria do caos, sendo gerados em resposta a mudanças no ambiente externo, na demanda interna e extremamente sensíveis a estímulos iniciais, embora também mais ou menos deterministas depois disso. [...] Os grupos serão informais, colaborativos e sem liderança, mas longe de serem sem decisão. Debates e discussões serão vigorosos, mas em um ambiente de benefício mútuo. (HOWKINS, 2011, p. 125)

No fundo disso tudo se encontra a “ecologia criativa”, como geradora das formas de viver a *urbe*, numa vida “muito gratificante e altamente produtiva”. É assim que Howkins (2011) confronta o rol de cidades invisíveis de Ítalo Calvino: a cidade criativa é transparente, a visibilidade floresce com a informalidade e a colaboração. Mas, se o percurso até agora identificado da conversão da produção cultural em valor econômico avança pelo espaço urbano nesta nova espécie de ecologia, é preciso observar que o insumo criativo traz em si uma diferença escamoteada pelo entusiasmo dos autores. As proposições da EC são sedutoras, mas tendem a produzir uma ilusão, não porque sejam, em princípio, inviáveis de um ponto de vista prático, mas porque tendem a centrar fogo na exteriorização

e objetificação da criatividade. É preciso suspeitar desta instrumentalidade que enfatiza a indústria, os produtos e o consumo, para indagar se o lugar do trabalho criativo não seria outro.

A famosa passagem do primeiro volume d'O Capital (MARX, 1996, p. 298), em que o trabalho humano é comparado ao dos animais – da abelha, da aranha – já definia a criação como traço peculiar do trabalho humano. A criatividade aparece na faculdade humana da planificação, uma representação ou idealização existente no início do processo de trabalho. O homem, por ser dotado de consciência, sabe que a natureza submete sua vontade quando ele se lança ao trabalho. O modo como este limiar se organiza é constitutivo da espécie humana: a criatividade opera a transição do sujeito ao objeto de trabalho. A inversão da submissão (da vontade) é a chave do enigma: “Marx não apreende a natureza sob a categoria de um outro sujeito, mas apreende o sujeito sob a categoria de outra natureza” (HABERMAS apud SAFATLE, 2015, p. 243). Nesse sentido, a criatividade está na raiz de uma ontologia do trabalho que divide o mundo em duas naturezas.

A dupla natureza significa que o homem e o animal trabalham em diferentes regimes de determinidade: “A abelha de Marx não precisa subordinar sua vontade à lei que determina sua ação porque ela não tem outra vontade possível, sua vontade está completamente adequada à lei, sua potência é imediatamente ato.” (SAFATLE, 2015, p. 246). O trabalho humano, ao contrário, vem engatado à indeterminação. O homem se põe diante da natureza como que em luta contra a lei, se vê diante de um impasse quando adquire consciência de que a única possibilidade de alcançar a objetividade é ceder sua vontade, submetendo-a à exterioridade do objeto. Mas há sempre a possibilidade de se negar a exercer sua potência, de evitar transformá-la em ato, esta é uma característica específica do trabalho humano. O espaço da criatividade encontra-se nesta permanente tensão entre potência e ato: “[A] atividade humana encontra sua essência no excesso dos possíveis (que podem aparecer inicialmente como impossíveis) em relação aos limites das determinações postas.” (SAFATLE, 2015, p. 247).

O que nos interessa aqui é situar a criação humana na atividade laboral como um processo subordinado à dialética da passagem ao objeto, que aparece (do outro lado) como negação da vontade (do sujeito). Aqui está a marca da criação humana, neste “trabalho do negativo” que opera a possibilidade de uma decisão de não exteriorizar a vontade, de não passar ao ato imediatamente. A criatividade reside na possibilidade de alterar a determinidade que nos seria imediatamente adequada se fôssemos constituídos exclusivamente pela natureza animal.

Nesse sentido, a segunda natureza significa também que a expressão natural da vontade humana terá a forma de um objeto trabalhado, uma síntese das duas naturezas. Se assim for, o trabalho criativo não teria seu lugar propriamente



nos objetos, mas, antes, no limiar dos processos de objetificação, na hesitação da vontade à sua necessária submissão. O núcleo de uma possível “ecologia criativa” parece estar, portanto, na dimensão negativa da vontade, e não no fluxo frenético de objetificação, isto é, numa criatividade instrumentalizada e dirigida pela dinâmica da mercantilização. Ao contrário do que supõem os entusiastas da EC, o trabalho criativo se realiza plenamente no ato de recusa, quando a ação humana flerta com a liberdade, resistindo a submeter-se à vontade. Quando tenta canalizar a criatividade, a EC acaba por revelar a força deste “trabalho do negativo”. O vigor criativo é assim devido a uma potencial abertura à dinâmica processual das formas, como no trabalho artístico (SAFATLE, 2015, p. 244, nota 32), o que não deveria ser confundido com uma atividade direcionada à produção de inovações viáveis mercadologicamente de ideias e objetos.

Aderir ao frenesi mercantil significa produzir formas variadas do equivalente geral, o que, da perspectiva das alternativas à mundialização, não deveria empolgar. Entretanto, ao examinar as práticas efetivas de algumas das organizações incluídas na indústria da instrumentalização criativa, poderemos nos surpreender. Há novos modos de organizar, produzir e consumir sendo gestados, e isto denota uma resistência interna sintomática. Observa-se, nessas práticas, uma criatividade fundada numa recusa de orientar a produção ao mercado, de modo absoluto. Evidentemente, há limites para esta resistência, mas vale a pena observar que ela acontece. Ao examinar a EC desta outra perspectiva, enfatiza-se o lado negativo e improdutivo da criação. Aspecto relevante se o objetivo é entender a gestação das inovações antagônicas ao TINA, como possíveis operadoras do sintoma apontado por Zizek (2005).

A insistência com que os pensadores da EC mencionam o “trabalho criativo” sem, no entanto, defini-lo, nos levou a procurá-lo noutra lugar. Agora, será preciso refinar a compreensão daquele limiar criativo que encontramos nas concepções inspiradas em Marx (1996). A ênfase na processualidade das formas nos leva à obra de Christophe Dejours (1992; 1994; 2001; 2003; 2006; 2008), para quem o trabalho humano é tipicamente processual e nunca se reduz à mera execução de um plano. Para entender este ponto é preciso primeiramente distinguir o trabalho prescrito e o trabalho real. A prescrição nunca esgota a ação. Isto significa que o processo de trabalho se realiza numa desordem de intensidade variada, e mesmo nas situações mais ordinárias ocorrem imprevistos, panes, acidentes, anomalias etc. Por isso, o processo se dá como confronto entre subjetividade e realidade, em que esta aparece como resistência ou movimento contrário ao *savoir-faire* do sujeito (Dejours, 2001; 2006). *Trabalhar é experimentar certa indeterminação*, e isto faz o sujeito sofrer. Para Dejours (2006), o sofrimento é um afeto que expressa o limite da vontade, cuja significação escapa ao domínio da consciência. Por isso, a processualidade do trabalho se dá como embricamento do intelecto e do corpo. No

âmbito da atividade laboral, o sofrimento é a forma afetiva do limiar mente / corpo. “Contrariamente ao pressuposto do senso comum, o trabalho intelectual não se reduz à pura cognição. Ao contrário, trabalhar passa primeiro pela experiência afetiva do sofrimento, do pático. E não há sofrimento se não houver um corpo para experimentá-lo” (DEJOURS, 2001, p. 3).

Em “O trabalho como enigma”, Dejours (2008) explica como o sofrimento se torna produtivo por meio de três mecanismos: *engenhosidade*, *cooperação* e *mobilização subjetiva*. Em primeiro lugar, está a *engenhosidade*, cujo pressuposto é uma forma de racionalidade prática próxima da astúcia ou desvio, que tem referência no conceito grego da *métis*. Detenhamo-nos nesta concepção importante para nossos propósitos. Como figura mitológica, a *Métis* é descrita como “divindade portadora da semente de todos os deuses, germe de todas as coisas, que faz vir à luz, como primeira genitora, o universo inteiro em seu curso sucessivo e diversidade de formas...”. Mas, esta deidade é também andrógina, sua natureza é dupla: macho e fêmea. (DÉTIENNE; VERNANT, 1974, p. 128-129). A *Métis* representa o devir em seu aspecto aleatório, sua palavra tem valor hipotético ou problemático. Ela aconselha o que convém fazer para que as coisas aconteçam mais de um modo que de outro. “Enuncia o futuro, não como o já fixado, mas como aflição ou felicidade possíveis, fornecendo os meios de que dispõe seu saber astucioso para que as coisas se tornem melhores mais do que piores.” (DÉTIENNE; VERNANT, 1974, p. 105). Esta engenhosidade astuta da *métis* revela-se na criatividade e na subversão típicas da atividade laboral humana. A resistência do real manifesta-se primeiro pelo fracasso, isto cria “um sofrimento que quanto mais negado, mais doloroso. O sofrimento pressupõe, para ser superado, criatividade e subversão dos procedimentos em uma atividade que pode ser considerada como bricolagem e que seria da esfera da *métis*” (DEJOURS, 2008, p. 133).

O segundo mecanismo é a *cooperação*, âmbito em que se manifesta uma determinada condição ética da prática de ajustes mútuos, com efeitos diretos na coordenação do trabalho. A cooperação é o mecanismo de arbitragem dos variados modos operatórios individuais, define o “espaço de discussão” criado coletivamente para mediar, de um lado, aspectos normativos relativos aos acordos construídos, e, de outro lado, aspectos deontológicos relacionados aos valores compartilhados e diferentes visões de mundo (DEJOURS, 2008, p. 134). Finalmente, sob o mecanismo da *mobilização subjetiva* encontram-se os dilemas da afetividade. O espaço intersubjetivo do reconhecimento, tanto quanto a subjetividade individual, se combinam com a objetividade do trabalho para definir uma dinâmica desdobrada sempre em três universos: objetivo, social e subjetivo (DEJOURS, 2008, p. 137). Nesse sentido, as defesas coletivas contra o sofrimento, tanto quanto as individuais, isto é, a operação prática da *métis* no contexto concreto de cooperação, são decisivas para a conversão utilitária do trabalho e

a produção de valor econômico. Define-se, portanto, o trabalho por aquilo que traz a marca do sofrimento criativo e produtivo ao mobilizar individual e coletivamente o ser humano no confronto com uma exterioridade objetiva que o frustra. O trabalho humano define, então, um confronto permanente com o que *não* está dado na organização, prescrição ou norma, e, nesse sentido, diz respeito à mobilização da inteligência criativa (DEJOURS, 2008, p. 138).

## VILA FLORES: CRIAR PRODUZIR E CIRCULAR “OUTRAMENTE”?

Estamos agora munidos dos elementos necessários para o exame da EC de uma outra perspectiva, isto é, pela ótica da criatividade e subversão. As pesquisas desenvolvidas no âmbito do NEGA/UFRGS apontam algumas dimensões dos processos organizativos, manifestas em experiências de trabalho coletivo, incluindo aí a produção cultural.

Para construir o relato que apresentamos a seguir, foram coletadas informações de fontes primárias e secundárias, por meio de entrevista com três gestores da organização, dentre os quais um era também proprietário. Obtivemos documentos fornecidos pela associação e fizemos consultas às suas páginas eletrônicas. Contribuíram também trabalhos acadêmicos e artigos que permitiram analisar, sobretudo, a relação da organização com seu entorno, além de jornais, revistas e páginas eletrônicas diversas. As observações foram realizadas pelos pesquisadores em diversas oportunidades, mas, especialmente quando convidados para os eventos que acontecem no espaço da associação, foi possível contatar o público e os residentes.

A Associação Cultural Vila Flores (ACVF) é uma organização que tem uma logomarca com os dizeres “cultura, ensino e negócios”. Nasceu em 2013 e tornou-se uma associação civil sem fins lucrativos, nos termos da lei, no ano de 2014. Define-se como “entidade responsável pela programação cultural do espaço e pela articulação junto ao poder público, à iniciativa privada e à sociedade em prol dos interesses da comunidade artística e criativa do Vila Flores, buscando promover a integração com a comunidade do entorno.” (ACVF, 2016). Reúne, num único espaço, vários empreendimentos individuais e coletivos, de artistas, arquitetos, consultores e outros que têm ali sua “residência” ou local de trabalho permanente (Quadro 1). Além de acolher, temporariamente, cursos, eventos diversos, grupos ou coletivos profissionais e projetos de curta duração. Daí seus quatro eixos de atuação alinharem-se aos propósitos da EC, conforme descrito em sua página eletrônica:

**1. Arte e Cultura:** Artes Visuais, Artes Cênicas, Audiovisual, Música, entre outros.

**2. Educação:** cursos, oficinas, seminários e encontros para troca de conhecimentos e experiências.

**3. Empreendedorismo:** incentivo aos produtores locais e iniciativas que fazem a conexão entre negócios criativos, sociais e colaborativos.

**4. Arquitetura e Urbanismo:** fomento ao debate sobre questões urbanas e promoção de atividades para a concretização de projetos cujo objetivo é a melhoria da vida na cidade. (ACVF, 2016).

A ACVF é o resultado de uma estratégia dos proprietários para reabilitar um imóvel construído nos anos 1920, num bairro industrial de Porto Alegre, que sofreu aguda degradação. O imóvel foi construído para moradia de aluguel de trabalhadores das antigas fábricas da região, com projeto desenvolvido pelo arquiteto, professor e artista plástico José Lutzenberger. O conjunto habitacional é apontado pelo patrimônio histórico da cidade por seu valor arquitetônico. São dois prédios com 2.322 m<sup>2</sup> de área construída, localizados numa esquina com frente para ambas as ruas, um pátio interno e um pavilhão nos fundos (Figuras 4, 5 e 6). A família proprietária está na origem da organização e seus integrantes atuam na gestão do espaço. A ideia do empreendimento que se tornou a ACVF foi, em boa medida, motivada pelo problema orçamentário – de manter um imóvel de valor histórico –, combinado com a decisão, possivelmente antieconômica, de não aderir aos padrões típicos da expansão imobiliária da região. No entanto, a ACVF extrai benefício de um processo de revitalização que acontece nos distritos industriais próximos à orla do Guaíba, região também chamada Quarto Distrito, devido à antiga divisão da cidade em distritos, que vigorou até meados do século XX (COSTA, 2015, p. 64).

A nova geração de proprietários está promovendo a reabilitação do conjunto e prevê junto à comunidade local, artistas e coletivos da cidade a readequação do seu uso como um espaço cultural, núcleo de práticas colaborativas relacionadas à economia criativa, no intuito de contribuir para a revitalização do 4º Distrito. (WALLIG; SIELSKI, 2012, p. 3013).

Como aponta Fernandes (2014, p. 84-86), há interesses imobiliários na revitalização. A região passou por anos de decréscimo populacional com a saída das fábricas, ocasionando aparente descaso com os serviços públicos. Isto resultou na desocupação das edificações, que passaram a ser abrigo de moradores de rua ou depósitos irregulares de lixo. Ainda existem várias casas noturnas, que se instalaram devido aos baixos aluguéis, o que incentiva a prostituição de rua. Próximo dali encontra-se, também, um conjunto de moradias populares chamado “Vila dos Papeleiros”, que provoca concentração e circulação de catadores pela região. Há, entretanto, uma revitalização em curso, motivada pela potencial valorização imobiliária de uma região degradada que possui infraestrutura e boa localização. O

pioneiro foi um grande empreendimento imobiliário vertical “que ocupa um terreno de 36.757 m<sup>2</sup> [...] com três torres residenciais, uma torre de salas comerciais e um shopping center com supermercado” (COSTA, 2015, p. 83). Um dos prédios da antiga tecelagem que ali existia dará lugar a um memorial e haverá um parque aberto ao público. Em 2011, o presidente do Sindicato das Indústrias de Construção Civil do RS exortou, numa entrevista, os atrativos da região afirmando que projetos em áreas de antigas fábricas mostram a possível conciliação do passado com a necessidade do futuro (FERNANDES, 2014, Anexo 6). O Quarto Distrito foi definido como zona de revitalização no Plano Diretor do Município de 1999. Atualmente, uma intensa movimentação acontece para que a região possa

contar com instrumentos para priorizar arranjos específicos das atividades econômicas, em segmentos de tecnologia da informação e comunicação, saúde e desenvolvimento de novos negócios (*startups*), ambientes colaborativos e usos de espaços com edificações de perfil inovador e que insiram construções tomadas pelo patrimônio histórico (COMUNELLO, 2016).

A recuperação dos edifícios da ACVF foi projeto do escritório residente Goma Oficina, que tem em sua equipe de arquitetos um dos proprietários do imóvel. A aproximação com a Pontifícia Universidade Católica do RS parece ter sido relevante para a compreensão do valor histórico do conjunto. Os prédios foram tema de vários trabalhos acadêmicos, o que facilitou o entendimento de sua importância e da estrutura original. A reabilitação orientou-se pela ideia de criar um espaço para abrigar a produção artística e cultural. O projeto de reforma é realizado aos poucos e inclui uma adequação gradual aos propósitos da Associação:

O galpão torna-se um centro cultural com diversas possibilidades de uso como anfiteatro, espaço para exposições, eventos, palestras e cursos; o pátio interno se configura como um passeio público ou praça, um espaço de convívio aberto; um dos prédios será internamente remodelado para abrigar estúdios, ateliês e oficinas e o outro prédio será readequado para residências artísticas transitórias. A fachada se mantém integralmente preservada e apenas serão anexadas outras estruturas “parasitas”, que preveem a passagem do sistema hidráulico, elétrico e de águas sujas. O projeto também inclui o uso de placas solares para energia e o reaproveitamento de água da chuva e de águas cinzas. (WALLIG; SIELSKI, 2012, p. 3014).

A ocupação, realizada por etapas construtivas, é adequada à disponibilidade financeira dos proprietários e conta com a participação ativa dos “residentes”. Estes contribuem com aportes estruturais, de acordo com as necessidades do trabalho que pretendam desenvolver. Atualmente, o edifício é utilizado parcialmente, tendo sido reformado gradualmente em blocos verticais ou “prumadas”, perfazendo instalações hidráulica, elétrica e piso. Os proprietários decidiram operar com aluguéis subsidiados para viabilizar o projeto. Fornecem a infraestrutura básica e os “residentes”, também chamados “vileiros”, fazem as intervenções que desejam,

deixando o espaço apto para o trabalho. Este princípio colaborativo parece ser um modo inteligente de contornar as limitações financeiras e imprime um ritmo sensato à expansão do projeto.

A abertura ao público aconteceu no dia 11 de dezembro de 2012. O evento foi planejado para iniciar a ocupação num processo de residência artística, em que grupos convidados de fora da cidade se instalaram nos apartamentos, parcialmente reformados. Foram três dias de preparação e experimentação coletiva do espaço, em que participaram dois grupos de pesquisa das universidades de Pelotas e Santa Catarina, este último composto pelo coletivo Geodésia Cultural Itinerante. Além das intervenções de vídeo do Goma Oficina, que tem sede em São Paulo, e do Projeto Vizinhança, que atua com a ocupação artística temporária de espaços ociosos. Com a divulgação do evento pelas redes sociais, juntaram-se vizinhos, artistas de diferentes matizes, integrantes da associação de bairro e curiosos. O interesse estava na ligação do passado com o presente, conforme apontam Wallig e Sielski (2012). Desde este primeiro evento, a apropriação do espaço parece inspirar-se na ideia de compartilhar experiências: “a ideia central é que muitas experiências possam se juntar em diferentes linguagens e maneiras de articular saberes e que o processo se faça a partir e através destas.” (WALLIG; SIELSKI, 2012, p. 3018).

A viabilidade do projeto da ACVF esteve e está diretamente ligada à capacidade de catalisá-lo coletivamente, porque não há financiador ou incorporação. A inteligência criativa no uso do espaço foi crucial para torná-lo habitável. As precárias condições em que ainda se encontram boa parte do prédio não impede o seu uso seletivo. O processo de recuperação foi pensado em etapas e o aluguel subsidiado, conjugado com as melhorias no imóvel realizadas pelos próprios “residentes”, resulta numa apropriação do espaço que combina com o reconhecimento mútuo. Nesse sentido, a gestão do empreendimento é vista como tendo duas faces, conforme declararam os três entrevistados. A propriedade e a gestão do patrimônio ficam de um lado, por conta do patriarca da família. Há, nesta dimensão, certa informalidade, pois nem sempre os contratos de locação vão além do acordo verbal e mesmo a entrada de novos “inquilinos” é precedida de consulta e aprovação dos residentes. De outro lado, há uma gestão ou “curadoria” do espaço que é compartilhada com todos os residentes. A instância máxima é uma assembleia, o que abre espaço para discussão das decisões. As responsabilidades dos atuais gestores foram construídas de modo pouco convencional, que se faz pelo negativo. Seu papel é definido a partir de decisão coletiva sobre as atividades administrativas necessárias e quais delas serão compartilhadas ou assumidas por residentes voluntários. Os gestores acabam fazendo o que ninguém sabe ou ninguém quer fazer. Não é estranha a ideia de pensar a participação na gestão como uma maneira de compensar o subsídio dos aluguéis. As atribuições da equipe gestora dependem da decisão anterior, além de incluir tarefas eminentemente técnicas que nenhum residente possa fazer, tais como controles contábeis, financeiros, fiscais, etc.

A gestão da ACVF é formada por uma mistura de profissionais, vileiros e proprietários que dividem as tarefas, de acordo com as contingências, porque as decisões da assembleia podem também mudar as regras. A palavra “híbrido” foi utilizada para definir este caráter da estrutura organizacional. Isto é relevante porque muitas atividades são de fato contingentes, tais como projetos e eventos. Assim, a carga de trabalho pode variar e parece ser difícil antecipar muitas das decisões e ações pontuais, devido às especificidades do que é produzido pela ACVF. A própria utilização do espaço é dinâmica e tem que ser resolvida pela gestão. O modo de fazê-lo relaciona-se com um caráter colaborativo presente em diversos níveis das relações intersubjetivas.

É possível associar este *modus operandi* aos mecanismos de engenhosidade, cooperação e mobilização subjetiva definidos por Dejours (2008). A criatividade e a subversão foram incorporadas ao processo decisório e ao modo como as normas e regras se submetem aos imprevistos e oportunidades percebidas pelos vileiros. Ao mesmo tempo, a utilização produtiva do espaço, isto é, sua mercantilização, não pressiona a decisão de modo incontornável. Parece haver um espaço de reconhecimento para arbitrar conflitos entre necessidades individuais e coletivas. O espaço de discussão está constituído e contempla tanto a normatividade dos acordos construídos quanto os valores compartilhados e diferentes visões de mundo. A colaboração constitui nitidamente um espaço intersubjetivo de reconhecimento.

A passagem à objetividade, isto é, a produção de valor econômico, é pensada também no mesmo diapasão. Embora nem todos dependam exclusivamente da renda gerada pelo trabalho na ACVF, o trabalho de cada um revela-se uma preocupação de todos. Há iniciativas nesta dimensão, como, por exemplo, o projeto de criar uma rede, no Quarto Distrito, de espaços de produção cultural e criativa que, por meio de uma moeda social própria, pudesse fazer o compartilhamento de ativos, máquinas e equipamentos e espaços em diferentes projetos. Com isso, a viabilidade dos projetos fica facilitada. Foram mapeados doze espaços que poderiam iniciar esta rede, e as reuniões já estão acontecendo. A lógica de decisão é nesse caso replicada para a escala da rede, o que significa que o processo precisa de tempo para amadurecer.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: SINAIS DE UM *OUTRO ORGANIZAR*

A significação imprecisa “alternativas” pode dar lugar ao termo ***outro organizar*** para definir o conjunto peculiar de práticas que manifestam a inteligência criativa na organização do trabalho produtivo, sempre no diapasão da discussão

que nos trouxe até aqui. A análise da dinâmica de gestão da ACVF parece coerente com a lógica do **outro organizar**. Encontramos algumas características de outras observações no âmbito da pesquisa do NEGA/UFRGS. Uma primeira dimensão poderia ser definida como **visão de mundo compartilhada**. Parece importante certa homogeneidade em termos de valores e crenças, para animar o trabalho e legitimar a participação no projeto, bem como para estabelecer parcerias e relações com outras organizações. Na ACVF, há o que podemos chamar de espírito colaborativo em muitas das dimensões da gestão, e não parece exagero afirmar que esta crença pode legitimar decisões economicamente irracionais, ao mesmo tempo em que se compartilham desejos de transformação do mundo. Quanto ao **modo de organizar o trabalho**, revela-se a presença de práticas não convencionais, distintas da gestão empresarial. O modo de organizar é “híbrido”, as diferenças são reconhecidas e valorizadas, em especial, a individualidade na proposição e compartilhamento de ideias com o coletivo. As relações pessoais são importantes para o conteúdo do trabalho de cada um. A pessoa é reconhecida por sua competência profissional, não se trata de ocupar um cargo, mas de confiar na competência de cada vileiro.

A burocracia pode ser vista como um fardo. O que nos leva a uma dimensão da gestão derivada do modo de organizar: a tendência a operar com base em **práticas de gestão informais**. Os regulamentos e as normas podem ser secundados e isto reforça o hibridismo no modo de organizar. As **tensões entre o individual e o coletivo**, que tendem a emergir em empreendimentos com estas características, parecem ser contornadas na medida em que boa parte dos residentes não mantém relação de dependência econômica com a organização. Evitar a criação de vínculos obrigatórios parece ser estratégico para a gestão dos conflitos, mas isto pode interferir negativamente o compromisso com a organização. A contradição mais evidente aparece quando se percebe que este modo de organizar precisa ser capaz de construir vínculos intersubjetivos fortes, porque necessita do compromisso das pessoas, de seu envolvimento e dedicação ao projeto. Ao mesmo tempo, o avanço gradual do projeto pode levar à adoção de estratégias paralelas de trabalho e vínculos com outras organizações por questão de sobrevivência. Nesse ponto, talvez esteja o limite do trabalho criativo: este é, de fato, o lugar da criação (menos livre) de valor econômico.

Estamos, então, de volta ao começo. As alternativas deparam-se com restrições nem sempre fáceis de superar e a imagem da criatividade como insumo econômico parece desmedida. O que nossas observações têm revelado é que a criatividade opera na contramão do mercado, o que não deve causar surpresa. Portanto, as concepções da economia criativa se equivocam quando pensam na conversão mercantil da criatividade como única alternativa, há algo mais. A criatividade humana é a garantia de que poderemos dar um nó no capitalismo pluralista pondo em ação a astúcia da razão: criar, produzir e circular “outramente” é o verdadeiro desafio.



Quadro 1. “RESIDENTES” - Associação Cultural Vila Flores (continua)

1%	Empresa que concretiza projetos sociais através de parcerias entre sociedade civil e iniciativa privada.
AC ARQUITETURA	Escritório de arquitetura de Carolina Castillo.
ARMAZÉM SONORO	Estúdio musical de Marcio Machado e Maurício Nader.
ATELIÊ COLETIVO	Ateliê coletivo de artistas visuais de Carlos Farias Márcia e Rogério Pessôa
CAFÉ MINÉRAUX	Alimentação. Cozinha com saúde que preserva os minerais no seu alimento
CAIXA DO ELEFANTE	Companhia fundada em 1991, teatro de bonecos, montagens direcionadas para o público infantil e adulto
COLETIVO AMEIXA	Coletivo de artistas em formação voltado às práticas colaborativas e de ações envolvendo vídeo e fotografia
COLIBRI	A Colibri trabalha com artesãs de comunidades de Porto Alegre co-criando produtos com materiais alternativos e reutilizados.
ESCOLA CONVEXO	Iniciativa desenvolvida por não educadores que propõe aulas com metodologias inovadoras de comunicação, lógica e empreendedorismo, dentro de escolas tradicionais, em turno invertido, para desenvolver líderes em comunidades carentes.
ESTÚDIO HYBRIDO	Espaço de criação planejado para abrigar projetos e ações interdisciplinares nas áreas das artes visuais, moda, dança, performance, vídeo e fotografia.
GERAÇÃO URBANA	Grupo de estudos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC/RS que utiliza o espaço educativo do Vila Flores como base para seus estudos sobre o 4º Distrito.
GOMA OFICINA	Plataforma colaborativa de profissionais das áreas de arquitetura, mobiliário, maquete, intervenção urbana, cenografia, vídeo, ilustração, animação, fotografia, design gráfico, de produto e de sinalização. Tem sede na cidade de São Paulo.
HUMANUS	Marca inspirada nas artes e na filosofia, busca provocar novos olhares. Moda.
IKEBANA	Coworking localizado no sótão do prédio da Rua Hoffmann
JONER PRODUÇÕES	Atua na criação e realização de projetos especiais, estratégias e serviços para clientes das esferas pública, privada e do terceiro setor. Consultoria.
LÍRICO ATELIÊ DE OFÍCIOS	Ateliê coletivo formado pelos artistas Janaína Falcão, Leandro Pantera, Luciana Delacroix e Maira Coelho.
MATEHACKERS HACKERSPACE	Grupo de entusiastas por tecnologia e conhecimento. O objetivo primário é propiciar um local e massa crítica para o desenvolvimento de projetos na área de tecnologia, oferecer cursos, reuniões, palestras e outras atividades que possibilitem a troca de conhecimento entre os participantes.
MOXIE	Marca de objetos para casa e mobiliário de Gabriela Cerveira
MULHER EM CONSTRUÇÃO	Organização social que forma mulheres para o mercado da construção civil: desenvolve cursos para o público e trabalhos com mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica e vítimas de violência doméstica.
PANITZ BICCA ARQUITETURA & ENGENHARIA	O escritório desenvolve projetos arquitetônicos e de interiores que agreguem qualidade estética e de vida aos usuários e às cidades.
SURTO CRIATIVO	Estúdio de design, comunicação, criatividade, ilustração e gastronomia de Diego Ferrer.

Fonte: Extraído da página oficial da Associação Cultural Vila Flores em: <<https://vilaflores.wordpress.com/residentes/>>

Figura 4. Uma das fachadas da edificação – Associação Vila Flores



Fonte: Imagem extraída da página oficial da Associação Cultural Vila Flores em: <<https://vilaflores.wordpress.com/about/>> (Foto de Fernando Banzi e Lauro Rocha)

Figura 5. Vista aérea da edificação – Associação Vila Flores



Fonte: Imagem extraída da página oficial da Associação Cultural Vila Flores em: <<https://vilaflores.wordpress.com/about/>> (Foto de Fernando Banzi e Lauro Rocha)

Figura 6. Pátio interno da edificação – Associação Vila Flores



Fonte: Imagem extraída da página oficial da Associação Cultural Vila Flores em: <<https://vilaflores.wordpress.com/about/>> (Foto de Fernando Banzi e Lauro Rocha)

## REFERÊNCIAS

AMIN, S; HOUTART, F. **Fórum Mundial das Alternativas: mundialização das resistências – o estado das lutas 2003**. São Paulo: Cortez, 2003.

ANSART, P. **Ideologias, Conflitos e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL **VILA FLORES**. Vila Flores. 2016. Disponível em <https://vilaflores.wordpress.com/about/> Acesso 15/05/2016.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BENDASSOLLI, PE. **Estudo exploratório sobre Indústrias Criativas no Brasil e no estado de São Paulo**. Relatório 01/2007. São Paulo: GVPesquisa, 2007. Disponível em: <<http://www.pedrobendassolli.com/npp.pdf>> Acesso 13/05/2016.

BOLTANSKI, L; CHIAPELLO, E. **Le nouvel esprit du capitalisme**. Paris: Gallimard, 1999.

COMUNELLO, P. Quarto Distrito terá regime próprio para atividade econômica. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 28 de junho de 2016. Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/>> Acesso 28/06/2016.

COSTA, G S. **Reconexão de espaços degradados à cidade por meio da reconversão de uso de vazios industriais**: o caso do IV distrito de Porto Alegre. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, 140 páginas. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

DEJOURS, C. **A loucura no trabalho**. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.

\_\_\_\_\_. **Pscinodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Atlas, 1994.

\_\_\_\_\_. **Subjectivité, travail et action**. Paris: Fractale Formation, 2001. Disponível em <http://www.fractale-formation.net/dmdocuments/dejours-subjectivit%C3%A9-travail-et-action.pdf> Acesso 18/06/2016

\_\_\_\_\_. **L'évaluation du travail à l'épreuve de réel**. Paris: INRA, 2003.

\_\_\_\_\_. **Souffrance en France, la banalisation de l'injustice sociale**. Paris: Points, 2006.

\_\_\_\_\_. **Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

DÉTIENNE, M; VERNANT, J-P (1974). **Les ruses de l'intelligence**. La mètis des Grecs. Paris: Flammarion, 1974.

282

FERNANDES, A C. **Cemitérios industriais**: contribuição para a análise espacial da metrópole de Porto Alegre, RS/Brasil. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, 188 páginas. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

FLORIDA, R. What Draws Creative People? Quality of Place. **Urbanland** (online), 11/10/2012. Disponível em <<http://urbanland.uli.org/industry-sectors/what-draws-creative-people-quality-of-place/>> Acesso 08/08/2016.

GAMEIRO, R; TOMETICH, P; SILVA RC. (2015). Política Federal de Cultura de Economia Criativa como experimento da renovação do neoliberalismo. In: **Anais... XI Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (ENECULT)**, 11-14 de agosto de 2015, Salvador, Brasil, 2015. Disponível em <<http://www.cult.ufba.br/enecult/anais/artigos-aprovados/>> Acesso em 08/08/2016.

HOME AFFAIRS BUREAU. **A study on Hong Kong Creativity Index**. Interim Report. 2004. Disponível em: <[http://portal.unesco.org/culture/en/files/40795/12705619025HK\\_Creativity\\_Index.pdf/HK\\_Creativity+Index.pdf](http://portal.unesco.org/culture/en/files/40795/12705619025HK_Creativity_Index.pdf/HK_Creativity+Index.pdf)> Acesso em 15/06/2016.

HOWKINS, J. Ecologia Criativa. In: REIS, ACF.; KAGEYAMA, P. (Orgs.). **Cidades criativas**: perspectivas. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011, pp. 124-129.

- JACOBY, R. **O fim da utopia**. São Paulo: Record, 2001.
- KHUN, T. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- KON, A. (2016). On the creative economy chain in Brazil: potential and challenges. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol. 36, n. 1, pp. 168-189, 2016.
- LANDRY, C; BIANCHINI, F. **The Creative City**. London: Dem@s, 1998.
- MARTINS, CE; SÁ, F; BRUCKMAN, M. **Globalização: dimensões e alternativas**. Rio de Janeiro: Editora PUC-RJ; São Paulo: Loyola, 2004.
- MARX, K. **O Capital** (Volume I). São Paulo: Nova Cultural, Coleção Os Economistas, 1996.
- OLIVEIRA JM; ARAÚJO BC; SILVA LV. **Panorama da Economia Criativa** (1880 - Texto para discussão). Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2013.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Creative Economy Report**. Genebra e Nova Iorque: 2013. Disponível em: <<http://www.unctad.org/creativeeconomy>> Acesso 08/08/2016 .
- REIS, ACF. Introdução. In: REIS ACF. (Org.) **Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento**. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.
- REIS, ACF.; KAGEYAMA, P. (Orgs.) (2011). **Cidades criativas: perspectivas**. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011.
- SAFATLE, V. Cinismo e Falência da Crítica. São Paulo: Boitempo, 2008.
- SAFATLE, V. **O circuito dos afetos**. São Paulo: Cosac&Nayfi, 2015.
- SANTOS, BS. **Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista**. São Paulo: Cortez, 2002
- SANTOS-DUISENBERG, E. Economia Criativa: uma opção de desenvolvimento viável? In: REIS, ACF. (Org.) **Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento**. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.
- SOLE, A. La folle machine à “insatisfaire”. **Le passant ordinaire**, n. 29, 2000. Disponível em: <<http://www.passant-ordinaire.com/revue/29-147.asp#>> Acesso 15/06/2016.
- SOUTHWEEK, SM. et al. Resilience definitions, theory, and challenges: interdisciplinary perspectives. **European Journal of Psychotraumatology**, v. 5 - 25338 (on line), 2014. Disponível em <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4185134/>> Acesso 08/08/2016.
- THATCHER, M. **Interview for Sunday Times**, edição de 03/05/1981. Disponível



em: <<http://www.margareththatcher.org/document/104475>> Acesso em 31/10/2015.

UNCTAD. **Relatório de economia criativa 2010**: economia criativa uma, opção de desenvolvimento. Brasília: Secretaria da Economia Criativa/Minc; São Paulo: Itaú Cultural, 2010.

WALLIG, A; SIELSKI, L. Projeto Vila Flores: práticas artísticas colaborativas pela revitalização de processos criativos no meio urbano. In: **Anais...** 22° Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas, pp. 3012-3025. Belém, Brasil, 2013.

WIKIPEDIA. **TINA (slogan)**. 2015. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/TINA\\_\(slogan\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/TINA_(slogan))> Acesso em 31/10/2015.

YUNES, Mam. Psicologia Positiva e Resiliência: o foco no indivíduo e na família. **Psicologia em Estudo**, v. 8, num. esp., pp. 75-84, Maringá, 2003.

ZIZEK, S. Multiculturalismo, ou a lógica cultural do capitalismo multinacional. In: DUNKER, C; PRADO, C. (Orgs). **Zizek Crítico**. São Paulo: Hacker Editores, 2005, pp. 11-46.